



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001012-95.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Exibição - Liminar**
 Requerente: **TOMAZ TROMBETA NETO**
 Requerido: **Banco Itaucard S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

TOMAZ TROMBETA NETO ajuizou a presente **MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS** em face de **BANCO ITAUCARD S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduziu a requerente, em síntese, que necessita de cópia do contrato, para instruir futuro processo de revisão de cláusulas contratuais.

A inicial veio instruída com documentos.

O banco requerido foi citado regularmente, contestou as fls. 27/30 e apresentou documentos às fls. 50/51.

Às fls. 55 a requerente mostrou-se satisfeita com os documentos apresentados; apenas solicitou a condenação do banco nas verbas da sucumbência.

É O RELATÓRIO.
DECIDO.

A presente medida cautelar tem caráter satisfativo. Sua finalidade é a exibição e posterior conferência de documentos arquivados em repartição da requerida que não negou o dever de exhibir, nem a existência dos referidos documentos.

Após ser citado, compareceu e apresentou os documentos solicitados.

A autora tem legítimo interesse na aludida exibição, até porque se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

trata de contratante/consumidora e peticionando às 56/59, mostrou-se satisfeita com a documentação exibida pela Casa Bancária.

A presente decisão tem assim conteúdo meramente homologatório, uma vez que não houve resistência efetiva do requerido em face do pedido inicial.

No mais, alcançada a finalidade sem resistência, não há que se falar em sucumbência.

Isso posto, **JULGO POR SENTENÇA** a presente ação e, isento o requerido do pagamento de encargos da sucumbência, na forma e condições acima.

P. R. I.

São Carlos, 09 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**